



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
ELABORAÇÃO DE UM PARECER DE AUDITORIA
E DE UM LAUDO PERICIAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2019

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**ELABORAÇÃO DE UM PARECER DE AUDITORIA
E DE UM LAUDO PERICIAL**

MÓDULO 07 – AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AVALIAÇÕES DE EMPRESAS – PROF. RODRIGO SIMÃO DA
COSTA

PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA – PROF. RODRIGO SIMÃO
DA COSTA

AUDITORIA CONTÁBIL – PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. RODRIGO SIMÃO
DA COSTA

GESTÃO DA TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO – PROF. RODRIGO
SIMÃO DA COSTA

ESTUDANTES:

André Luis Pereira do Prado RA 16002028

Luan Aparecido Maruzo, RA 16002304

Tiago Gambarotto Oliva, RA 16001731

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2019

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. PROJETO INTEGRADO	5
2.1 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS.....	5
1.2 CUSTO DE CAPITAL.....	6
1.2.1 CAPITAL PRÓPRIO	6
1.2.2 CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO.....	7
1.2.3 CAPITAL DE TERCEIROS	7
1.2.4 CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS.....	7
1.2.5 CALCULO DE CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO	7
1.2.6 CALCULO DE CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS.....	9
2 PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA	10
3. AUDITORIA CONTÁBIL	12
3.1 PARECER DE AUDITORIA.....	12
3.1.1 PARECER SEM RESSALVA:.....	13
3.1.2 PARECER COM RESSALVAS:.....	13
3.1.3 PARECER COM OPINIÃO ADVERSA:.....	13
3.1.4 PARECER COM ABSTENÇÃO DE OPINIÃO:.....	13
4. PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	16
5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	24
6. CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS.....	29

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Integrado tem como objetivo reunir todo aprendizado das diversas matérias estudadas em um único projeto, fazendo com que o aluno possa pôr em prática aquilo que aprendeu durante o semestre. Contribui para que o aprendizado não fique apenas na teoria, mas que o aluno sinta na prática o que é o dia a dia de um negócio.

O semestre atual é focado na perícia e auditoria contábil, tema muito importante no meio empresarial, principalmente no que tange grandes corporações. A auditoria e a perícia contábil são uma área de trabalho muito complexa, que demanda conhecimento e experiência, e tem como objetivo principal avaliar se a organização tem trabalhado conforme regras estabelecidas por órgãos reguladores, bem como para o próprio controle interno, evitando fraudes e desvios de recursos das empresas.

Dentro deste contexto, é muito importante se saber avaliar uma empresa, utilizando-se de métodos conhecidos no mercado, bem como se conhecer todas as práticas e métodos adotados pelas empresas de auditoria contábil.

Por fim, para que tudo isso possa ser feito, a área de informática é muito importante, pois é dela que saem todos os dados que serão analisados, seja por peritos, seja por contadores, seja por auditores.

A reunião de todas estas áreas possibilitará na elaboração de uma auditoria e o parecer técnico. No decorrer do trabalho, será desenvolvido cada tema abertamente, a fim de demonstrar todo processo dentro de uma auditoria e perícia contábil, bem como todas as dificuldades, cuidados e informações que envolvem estas áreas de estudo.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

O princípio da avaliação de empresa é saber determinar o real valor de uma empresa no momento de uma compra, saber determinar forma correta de fazer esta compra, lembrando que esta avaliação deve ser feita por um contador capacitado e devidamente registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

O primeiro passo para avaliar qualquer empresa é decidir com exatidão aquilo que se quer avaliar. Isso exige dar resposta a três perguntas básicas:

- Queremos avaliar o ativo da empresa ou o seu patrimônio líquido?
- A empresa será avaliada como em operação ou sendo liquidada?
- Desejamos avaliar uma participação minoritária ou controladora na empresa?

Vamos explicar:

- Ativo ou Patrimônio Líquido:

Caso a empresa em questão seja possuidora de dívidas com bancos ou fornecedores, o mais correto é comprar apenas os seus ativos, desta forma o comprador não estará adquirindo junto com a empresa as suas dívidas, conseqüentemente o valor pago será apenas o valor real e justo.

Agora caso a comprar se concretize pelo patrimônio líquido, será necessário avaliar o valor real da empresa e o valor das suas dívidas, por exemplo: se o valor da empresa for R\$ 1.000.000,00 e o valor das suas dívidas for R\$ 500.000,00 para que este negócio se torne viável para o comprador ele deve pagar no máximo R\$ 500.000,00 pela empresa, desta forma mesmo ele adquirindo as suas dívidas ainda estará pagando o valor correto, ou seja, R\$ 500.000,00 pela empresa e R\$ 500.000,00 era pagar em dívidas, totalizando R\$ 1.000.000,00 que é o valor de mercado da empresa.

Caso a compra não se realize por este valor ou por um valor inferior, o comprador deve desistir da compra pois não será benéfico para ele.

- Em liquidação ou em Atividade:

As empresas geram valores para os seus donos de 2 formas na liquidação ou em Atividade; na liquidação o valor gerado é resultado do encerramento da empresa, venda individual e de seus ativos, por outro lado o valor de uma empresa em atividade vem do seu futuro fluxo de caixa esperados pelo negócio, na grande maioria das vezes o negócio mais esperado é por uma empresa em atividade.

- Participação Minoritária ou Controladora na Empresa:

O valor de mercado de uma empresa é um indicador importante do seu desempenho e um determinante do curso de seu capital. Mas é preciso perceber que o valor de mercado mede o valor da empresa para os investidores minoritários.

O preço da ação usado para calcular o valor de mercado de uma empresa é o preço ao qual foram negociados pequenos lotes de ações e, portanto, não é um indicador confiável do preço a que seria negociada uma participação controladora.

A distinção entre participação minoritária e participação controladora fica muito clara no caso da Cadbury, em que o valor de mercado da empresa era de apenas 5,5 bilhões, mas a participação controladora atingiu 9 bilhões.

Outros casos em que o valor de mercado é inadequado à tarefa de avaliação das empresas incluem: as adquiridas são negociadas tão raramente ou em volumes tão pequenos, que não representam indicador confiável do valor, as ações da adquirida são ativamente negociadas, mas o analista deseja comparar o valor de mercado com uma estimativa de valor independente em busca de ações erroneamente precificadas.

1.2 Custo de Capital

1.2.1 Capital Próprio

Capital Próprio é a parcela dos recursos que são investidos em uma empresa pelos investidores, que pode ser seus acionistas ou sócios.

1.2.2 Custo de Capital Próprio

Todo investidor ao realizar uma aplicação tem a intenção de ter um retorno monetário sobre o valor investido, este retorno vai se tornar o custo de capital próprio desta empresa.

1.2.3 Capital de Terceiros

Capital de Terceiros são as dívidas adquiridas pela empresa através de terceiros, como bancos ou investidores externos.

1.2.4 Custo de Capital de Terceiros

Custo de Capital de Terceiros são as taxas e juros cobrados pelos investidores externos ou bancos e também as taxas cobradas em caso de uma eventual busca por uma nova dívida.

1.2.5 Cálculo de Custo de Capital Próprio

Para realizar o Cálculo de Custo de Capital da Empresa é necessário primeiro conhecer uma simbologia:

Conheça a simbologia:

R_f = taxa de ativo livre de risco

β = coeficiente que mede a sensibilidade entre o ativo e o mercado

R_m = taxa de retorno do mercado

K_e = custo de capital próprio

K_d = custo de capital de terceiros

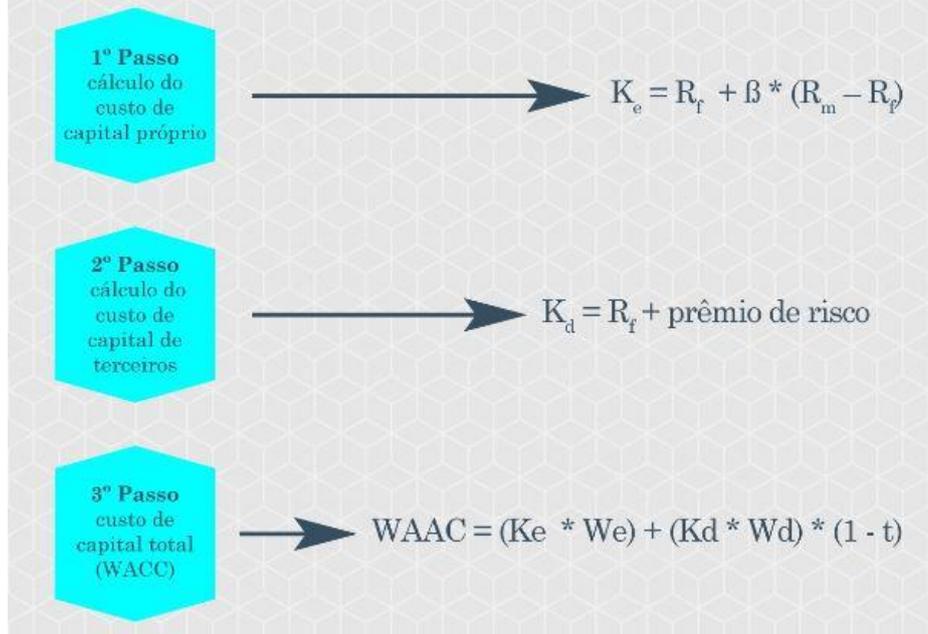
WAAC = custo médio ponderado de capital

W_e = % de capital próprio no capital total da empresa

W_d = % de capital de terceiros no capital total da empresa

t = alíquota de imposto de renda

COMO SE CALCULA O CUSTO DE CAPITAL DA EMPRESA?



Para calcular a estimativa de (retorno/risco) o modelo mais utilizado para estimar essas variáveis é o Capital Asset Price Model (CAPM), este modelo fala que todo risco deve ser premiado com um retorno, quanto maior o risco maior deve ser o retorno.

Essa lógica de precificação é utilizada para estimar o custo do capital próprio, com base na comparação do risco da empresa com o risco do mercado e do ativo livre de risco. Dessa forma, o custo do capital próprio é igual à rentabilidade esperada de um ativo que possua risco similar ao da empresa.

Utilizando o CAPM, podemos estimar o retorno esperado da seguinte forma:

$$R_i = R_f + \beta \cdot (R_m - R_f)$$

Sendo:

R_i = a taxa de retorno (rentabilidade) da ação;

R_f = o ativo livre de risco;

β = o coeficiente que mede a sensibilidade entre o ativo e o mercado;

R_m = o retorno de mercado.

Estimar o custo de capital próprio utilizando o CAPM é atrativo devido à simplicidade matemática e ao fato de diversos softwares e bases de dados disponibilizarem os principais fatores para a estimação, que são o β e o ativo livre de risco. Entretanto, deve se ter atenção com esses fatores, pois suas premissas de cálculo podem alterar completamente o resultado do custo de capital próprio.

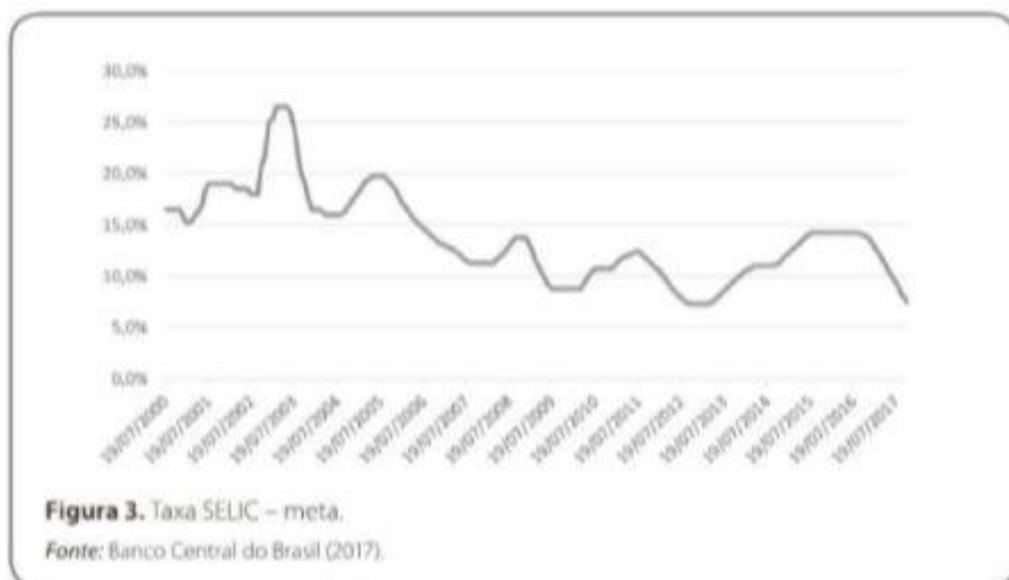
1.2.6 Calculo de Custo de Capital de Terceiros

Para realizar o cálculo para o Capital de Terceiros, é mais fácil que o cálculo para o capital próprio, porém não podemos apenas calcular o custo baseado nos empréstimos já realizados ou títulos já emitidos, porque o cenário econômico muda constantemente, portanto o novo custo de capitação pode ser bem diferente do já existente.

Devemos empregar também o modelo CAPM no cálculo dos custos para terceiros, como demonstrado abaixo.

$$\text{Custo de capital} = \text{ativo livre de risco} + \text{prêmio de risco}$$

Na fórmula do CAPM, a taxa de retorno de um determinado ativo é baseada em dois grandes fatores: a taxa do ativo livre de risco e o risco do negócio. O ativo livre de risco representa a rentabilidade do ativo com menor risco possível no mercado, porém, não significa que essa taxa ao longo do tempo. No Brasil, a taxa básica de juro, que remunera os títulos públicos, oscila bastante ao longo do tempo, como podemos observar no gráfico a seguir.



2 PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA

Devido ao significativo aumento das demandas judiciais a perícia contábil vem sendo utilizada cada vez mais no dia a dia, sua grande colaboração no auxílio das resoluções judiciais e extrajudiciais é o fator chave para seu crescimento no mercado.

Em relação aos casos de apurações de haveres, não é diferente uma vez que ela analisará o patrimônio e obrigações, tornando-se uma área de ampla atuação. Em um caso concreto de disputa vários aspectos deverão ser analisados para que se alcance um valor que agrade todas as partes da demanda.

Para que se alcance tal valor, o perito deverá realizar análises, estudos e compreender todo o conjunto que está sendo o objeto da análise como: capacidade de produção, crescimento exponencial, investimentos, mensuração de ativos e passivos, patrimônio e potencial de rentabilidade futura.

A determinação de um valor torna-se necessária por diversos fatores como, transferência de propriedade, dissolução parcial, transformação, espólio e divisão de bens testamentários, liquidação de sociedade, venda e etc.; sendo assim e de altíssima importância que as informações sejam confiáveis e reflitam a veracidade dos fatos, e para que isso ocorra é imprescindível que o perito tenha liberdade e acesso a todos os documentos que necessite e julgue necessário.

Um balanço patrimonial atualizado é um exemplo de documento que o perito precisará para suas análises, e nele deverá conter valores dos ativos e passivos, duplicatas a pagar e a receber; registro de vendas, estoques, avaliação dos imóveis, depreciações de ativos imobilizados, entre outros. Podendo o perito efetuar ajustes para que as informações se aproximem da melhor forma possível do patrimônio real, e evite erros e distorções como:

- Falta ou insuficiência de provisões (como a de férias ou pagamento de 13º salário).
- Não reconhecimento de contingências fiscais e trabalhistas, decorrentes de questionamentos judiciais.
- Avaliação incorreta dos estoques, ou mesmo ausência de avaliação.
- Incorreção ou ausência de cálculos de atualização de passivos (financiamentos, tributos em atraso, etc)
- Erro na apropriação de custos, despesas e receitas pelo regime de competência, etc.

Um dos maiores temas de disputa quando se trata de apurações de haveres, são os relacionados ao fundo de comércio também conhecido como goodwill, uma vez que o mesmo está relacionado aos bens intangíveis (marcas, nomes, pontos comerciais e etc), sendo de extrema importância que o perito analise de forma complexa, pois embora esses bens não tenham valores lançados em relatórios, os mesmos podem agregar valores a empresa.

Diante do abordado conseguimos claramente notar a importância do perito principalmente no que se refere a causas relacionadas a patrimônios, e podemos citar como uma dessas causa à dissolução empresarial.

Em se tratando de dissolução empresarial, e necessário que o perito busque compreender todos os diferentes tipos societários e as regras inerentes a cada tipo de sociedade.

Os tipos de sociedade estão dispostos do artigo 1.039 ao artigo 1.092 do Código Civil, e como base e tipo societário o perito saberá quais medidas cabíveis em cada caso. Os tipos de sociedade mais adotados no Brasil são:

- ✓ Sociedade Simples
- ✓ Sociedade em nome coletivo
- ✓ Sociedade em comandita simples
- ✓ Sociedade limitada
- ✓ Sociedade anônima

O código civil também traz regras sobre dissolução das sociedades conforme estabelece o art. 1033.

Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:

I - O vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;

II - O consenso unânime dos sócios;

III - a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado;

IV - A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias;

V - A extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade,

requiera, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código. [\(Redação dada pela Lei nº 12.441, de 2011\) \(Vigência\)](#)

Nota que embora o CC mencionasse sobre a possibilidade da dissolução empresarial, não havia menção sobre a possibilidade da dissolução parcial. Porém em 2016 foi adotado o novo código civil, onde foi corrigida essa deficiência, conforme artigos 599 a 696 e artigos 1028 a 1.032.

Sempre que o perito se depara com uma situação de dissolução societária o mesmo deverá buscar de primeira Mão que se preserve a função social da entidade, para somente depois aplicar a legislação cabível e apresentar informações aos juízes que comprovem a descontinuidade dos negócios, assim como as apurações dos haveres, pertencentes a cada sócio.

3. AUDITORIA CONTÁBIL

3.1 Parecer de auditoria

O parecer dos auditores é uma espécie de revisão das contas e relatórios de uma empresa. O auditor ou a empresa de auditoria independente contratado para este fim deverá verificar se os dados internos da companhia conferem com o que foi apresentado no balanço, o que deve constar no parecer dos auditores.

A finalidade deste documento visa confirmar ou não, se as demonstrações financeiras apresentadas pela empresa atendem às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e se as informações apresentadas são verídicas.

Um parecer de auditoria é formulado em partes da seguinte forma: A primeira delas traz a identificação das demonstrações contábeis analisadas e a definição das responsabilidades da administração e dos auditores, a segunda fala sobre o desenvolvimento dos trabalhos, enquanto a terceira reflete a opinião propriamente dita sobre as demonstrações contábeis e por fim localização da empresa de auditoria que emitiu o relatório, data da emissão do relatório, nome do registro no CRC da empresa de auditoria e do profissional no caso de pessoa jurídica e assinatura do auditor independente. Existem quatro tipos de parecer, o sem ressalva, com ressalvas, adverso e com abstenção de opinião.

3.1.1 Parecer sem ressalva:

Esse parecer é emitido pelo auditor no momento em que ele conclui todos os procedimentos de auditoria necessários e não encontra qualquer evidência que cause dúvida na sua opinião, ou seja não foi encontrado divergências.

3.1.2 Parecer com ressalvas:

O parecer com ressalva é emitido quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é de tal magnitude que requeira parecer adverso ou abstenção de opinião.

3.1.3 Parecer com opinião adversa:

Esse parecer é redigido pelo auditor quando ele adquiriu dados suficientes para opinar que as demonstrações financeiras não apresentam corretamente a situação patrimonial e financeira da empresa.

3.1.4 Parecer com abstenção de opinião:

O parecer com abstenção de opinião é emitido quando o auditor não conseguiu executar todos os procedimentos de auditoria que considerou necessários, por esse motivo, não houve a possibilidade de formar opinião sobre alguns elementos das demonstrações, dessa forma, não é emitida qualquer opinião.

Abaixo vamos demonstrar um parecer de auditoria do tipo com opinião adversa.

O parecer de Auditoria Independente

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais.

Aos Administradores e Acionistas

Perfect Efeito

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da empresa Perfect Efeito (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018. Examinamos também as demonstrações financeiras individuais do período e a nota explicativa "b" da empresa controlada "Aero Aeronaves".

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela empresa Auditoria 123 e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ficou concluído com base nas evidências de auditoria que em consequência da relevância em questão na base para opinião adversa, as demonstrações contábeis consolidadas não evidenciam de forma apropriada a situação patrimonial e financeira da companhia "Perfect

Efeito” e sua controlada referente ao exercício 2018, devido ao fato que a companhia não realizou a consolidação das demonstrações contábeis da empresa controlada “Aero Aeronaves” referente ao período 2018.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Ficou demonstrado que a companhia não realizou a consolidação das demonstrações contábeis da empresa controlada “Aero Aeronaves” referente ao período 2018, portanto não é possível definir os valores justos de alguns ativos e passivos importantes. Em nossa opinião, a empresa controlada precisaria ter sido consolidada, se a empresa “Aero Aeronaves” tivesse sido consolidada, influenciariam de forma significativa vários elementos nas demonstrações contábeis, não foi possível determinar os reflexos da não consolidação das demonstrações contábeis, por isso a conclusão de parecer de opinião adversa.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, em consequência da importância do assunto em questão na base para opinião adversa, as demonstrações contábeis consolidadas não evidenciaram de forma apropriada a situação patrimonial e financeira da companhia Perfect Efeito e sua controlada referente ao exercício social finalizado em 31 de Dezembro de 2018 devido a ausência da consolidação de umas das suas controladas “Aero Aeronaves”, o desempenho consolidado referente as suas transações e a movimentação de caixa consolidados para o exercício finalizado em 31 e dezembro de 2018, conforme as normas internacionais de relatório financeiro.

São João da Boa Vista, SP, 31 de maio de 2019.

Auditoria 123

Auditores Independentes

CRC 11111111111111

Nome do Contador

Contador CRC 11111111

4. PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A perícia por ser entendida como um meio de prova e vem sendo utilizada constantemente nos dias atuais, principalmente nos casos em que não há outros meios de prova, ou nos casos de necessidade de contestar provas documentais. Ela também se mostra necessária nos casos que não estejam bem esclarecidos ou que apresentem falta de idoneidade.

A perícia opera em várias áreas distintas como, contábil, médica e etc., desde modo cada perito deve possuir habilidades e ser qualificado para tal. A principal finalidade da prova pericial é evidenciar os acontecimentos relacionados ao conflito como reais ou não, apresentando sua convicção jurídica a partir de suas habilidades técnicas, ajudando o Juiz na tomada de decisão. Caso as provas periciais não sejam o suficiente o Juiz prorrogará o caso até que haja provas satisfatórias para a resolução da lide.

O magistrado também poderá rejeitar provas periciais conforme estabelece o art. 464 do código de processo civil

Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

§ 1º O juiz indeferirá a perícia quando:

I - a prova do fato não depender de conhecimento especial de técnico;

II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas;

III - a verificação for impraticável.

§ 2º De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

§ 3º A prova técnica simplificada consistirá apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico.

§ 4o Durante a arguição, o especialista, que deverá ter formação acadêmica específica na área objeto de seu depoimento, poderá valer-se de qualquer recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens com o fim de esclarecer os pontos controvertidos da causa.

Exmo. Sr. Dr. Juiz, de Direito da Vara Cível de São João da Boa Vista

APURAÇÃO DE HAVERES

AÇÃO ORDINÁRIA -

AUTOR

RÉ:

XXXXXXXXXXXX, Bacharel em Ciências Contábeis CRC-SP – XXXXX, Perito Judicial nomeado por V. Ex.a, devidamente compromissado, tendo concluído os trabalhos de Perícia Contábil, Análise de Balanços, Exame de Escrita Comercial e Apuração de Haveres (alínea “C” do art. 25 e 26 Decreto Lei Federal n.º 9.295, de 27 de maior de 1.946), vem apresentar seu:

LAUDO PERICIAL

Relatório

1. Em XX/XX/XXXX o autor, sócio cotista da empresa XXXXXXXXXXXX LTDA, sociedade com sede na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, ajuizou ação de MEDIDA CAUTELAR para obtenção de Outorga Judicial (Alvará), para movimentação financeira da empresa sobre o seguinte pretexto:

1.1. Que a ré sendo sócia cotista e responsável pela administração das obrigações da sociedade dependem de sua assinatura para movimentações financeiras.

1.2. Que sem devida justificativa e comunicação a Ré não comparece a empresa a mais de “Três meses”, fazendo com que a empresa se atrase pagamentos de funcionários, protestos de títulos entre outros;

1.3. Foi pedido ainda que fosse descontado os respectivos juros e despesas devido ao atraso, fossem descontadas de seus haveres.

2. A ré por sua vez apresentou contestação alegando que:

2.1 Que surgiram desentendimentos entre os sócios e a ré por motivos administrativos e financeiros e que o mesmo solicitou em prazo hábil sua retirada;

3. Em 01/01/2019, atendendo ao R. Despacho, o Perito Judicial iniciou seus trabalhos, solicitando por escrito aos autores, que lhe fornecessem os documentos e livros contábeis da empresa, para os exames e coleta de elementos necessários à apuração de haveres da ré.

3.1. Em 20/01/2019 após o recebimento dos documentos solicitados, foi dado início aos exames, com referência à existência de quaisquer lançamentos que pudessem interessar à lide ou relacionados com a ré, verificando as partes integralizadas e subscritas de cada parte.

3.2. Também em 01/01/2019 foi pedido pelo perito cópia das gravações deitas pelo circuito de segurança.

3.3. Onde foi constatado que estavam faltando as gravações em determinados dias da semana.

3.4. No dia 25/01/2019, o perito efetuou diligência na empresa, onde foi coletado depoimentos de funcionários.

3.5. Através de depoimentos foi constatado que a ré compareceu na empresa nos últimos meses.

3.6. O Perito constatou que objeto do litígio é uma indústria de pequeno porte, que adquire sucatas de metais diversos e transforma em matéria prima para siderúrgicas.

3.7. Após análises em seus balanços gerais, foi constatado que o faturamento médio mensal nos últimos anos foram:

Ano Base	Faturamento MM	% de Crescimento
2015.....	R\$ 158.000,00	-----
2016.....	R\$ 287.876,00	82,2%
2017.....	R\$ 326.739,26	13,5%
2018.....	R\$ 516.574,77	58,1%

4. ANÁLISE DE BALANÇOS - O Perito analisou os Balanços e Demonstrações de Resultados relativos aos anos-bases de 2015, 2016, 2017 e 2018, estando o resultado dessa análise no final deste documento.

5. DECLARAÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA PJ – foi analisada e constatado que estava de acordo com os Balanços Gerais da empresa;

6. BALANÇOS GERAIS – Encontram-se anexados ao presente Laudo, os Balanços Gerais e as respectivas Demonstrações relativos aos anos-bases de 2015, 2016, 2017 e 2018.

7. RETIRADAS PRÓ-LABORE – foi analisada e relacionada também ao final do presente laudo.

8. CONCLUSÃO DO PERITO JUDICIAL – O Perito teve acesso a todas as dependências da empresa; examinou sua escrituração mercantil; onde foi necessário pequeno ajuste para que expressasse a realidade.

Os números apontados pela peritagem, para atribuir valor final a cotas da ré, estão conforme os dados examinados e observados e que constam deste laudo e dos seus anexos, representando *erga omnes e júris tantum*, dados reais.

Assim, o valor das cotas corresponde a R\$ XXX.XXX,XX, conforme análise dos itens listados abaixo:

- a) Faturamento da empresa;
- b) Taxas de crescimento;
- c) Índices de lucro bruto;

- d) Montante das obrigações e haveres da sociedade;
- e) Ramo explorado e situação atual

Convém salientar, desde logo, que o Perito não considerou:

- a) Prejuízo verificado em 2015, R\$ 45.000,00l;
- b) Provisão p/ Imp. Renda s/ Lucro de 2016 (30% x R\$ 8.000,00);
- c) Provisão para Devedores Duvidosos (3% x R\$ 1.557,00);
- d) Depreciações referentes 2016 (10% x R\$ 5.000,00).

São João da Boa Vista - SP, 30 de maio de 2019

.....
 XXXXXXXXXX
 Perito do Juiz

DOCUMENTOS ANALISADOS

XXXXXXXXXX LTDA

RETIRADAS PRO LABORE

SÓCIOS				
ANOS E VALORES	2015	2016	2017	2018
A	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
B	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

C	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
TOTAL.....	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

ANÁLISE DE “PRODUTOS E MERCADORIAS

(Em Reais)

MOVIMENTO				
ANOS E VALORES	2015	2016	2017	2018
A - Estoque inicial	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
B - Compras do ano	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
C - Devoluções de venda	XXXX	-	-	-
D - Gastos de Produção	-	XXXX	-	-
E - <i>Lucro Bruto do Ano</i>	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
F - Vendas	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
G - Estoque final	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
H - Devoluções de compra	XXXX	-	-	-
I - <i>Custo das Vendas:</i> (A+B+C+D) - (G+H)	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

COMPRAS, VENDAS E DESPESAS

COMPRAS	ANOS E VALORES			
VENDAS				
DESPESAS	2015	2016	2017	2019
COMPRAS LÍQUIDAS	XXX	XXX	XXX	XXX
VENDAS LÍQUIDAS	XXX	XXX	XXX	XXX

DESPESAS TOTAIS	XXX	XXX	XXX	XXX
-----------------	-----	-----	-----	-----

EVOLUÇÃO DO ATIVO REAL

ATIVO REAL	ANOS E VALORES			
	2015	2016	2017	2018
IMOBILIZADO				
Máquinas e Acessórios.....	XXX	XXX	XXX	XXX
Veículos.....	XXX	XX	-	-
Móveis e Utensílios.....	XX	XX	-	-
Instalações.....	XX	XXX	XXX	-
Correção Monetária.....	XXX	XX	XXXX	-
IMOBILIZADO	XXXX	XXX	XXX	XXX
DISPONÍVEL				
Caixa.....	XXX	XXX	XXX	XXX
Bancos.....	XX	XXX	XXX	XXXX
DISPONÍVEL	XXX	XXX	XXX	XXX
REALIZÁVEL				
Estoques.....	XXX	XXX	XXXX	XXXX
Capital a Realizar.....	XXXX	XX	XXX	XXX
Duplicatas Cauçionadas.....	XXX	-	-	-
Contas Correntes.....	-	XXX	XXX	XXX
Outros.....	XX	XXX	XXX	XXX
Créditos em Liquidação.....	-	-	XXX	XXX
REALIZÁVEL	XXX	XXX	XXXX	XXXX

EVOLUÇÃO DO PASSIVO REAL

PASSIVO REAL	ANOS E VALORES			
	2015	2016	2017	2018
EXIGÍVEL				
Fornecedores.....	XX	XXX	XXX	XXX
Obrigações Fiscais a Recolher	XXX	XX	XXX	XX
Financiamentos Bancários...	XX	XXX	XX	XXX
Duplicatas Descontadas.....	XX	XXX	XXX	XX
Contas Correntes.....	-	XXX	-	-
	XXX	XXXX	XXXX	XXX

RESULTADOS APURADOS

RESULTADOS OBTIDOS	ANOS E VALORES			
	2015	2016	2017	2018
A - Lucro Bruto	XXX	XXX	XXX	XXXX
B - Outras receitas	XXX	XXX	XX	XX
C - Despesas Totais	XXX	XXX	XXX	XXX
D - Resultado liq. do ano	XX	XXX	(-) XXX	XXX
(D = A + B - C)				

DEMONSTRAÇÃO DE “MERCADORIAS”

Estoque inicial	XXX	Vendas	XXXX
Compras até 31/12/2018	XXXX	Estoque Final	XXX

Lucro Bruto	XXXX	
	XXXX	XXXX

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA “LUCROS E PERDAS”

DÉBITO	CRÉDITO
Despesas totais..... XXXX	Lucro Bruto..... XXXX
Lucro Contábil..... XXX	Receitas Diversas.. XXX
XXXX	XXXX

DÉBITO	CRÉDITO
XXX.XXX,XX cotas subscritas e não integralizadas XXX.XXX,XX	Crédito de Pró Labore re- ferente ao ano de 2018 XXX.XXX,XX
Saldo Credor em 31.12.18... XX.XXX,XX	Rateio de 1/3 Lucros líqui- dos referentes a 2018.... XXX.XXX,XX
XXX.XXX,XX	XXX.XXX,XX
SALDO CREDOR R\$ XXX.XXX,XX	

Autor: XXXXXX
Perícias Judiciais

3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

A gestão da tecnologia de informação dentro das empresas tem se tornado cada vez mais importante com o passar dos anos, e ganha cada vez mais importância quando passa a se olhar para o lado da gestão, da tomada de decisão, da agilidade, transparência e principalmente, informações assertivas.

Existem diversas áreas dentro de uma empresa que geram informações constantes, por exemplo, setor de compras, vendas, estoques, logística, fiscal, contábil e financeira. Todas as informações separadas fazem parte o dia a dia das áreas envolvidas, porém, o conjunto de informações geradas, quando analisadas juntas, servem como base de dados para o alto escalão da gerência nas tomadas de decisões.

Dentro deste contexto, Nascimento et al (2013), cita que decidir é o exercício das habilidades e competências do gestor, aplicadas à execução de suas atividades. Entretanto, esses atributos isoladamente não asseguram à empresa que o produto de uma decisão seja o melhor em dada circunstância. A qualidade e a tempestividade das informações requeridas pelo processo decisório da empresa podem ser fatores determinantes para que sua capacidade gerencial se potencialize favoravelmente em resultados. Ou seja, quanto mais rápido as informações chegarem, e com a maior qualidade possível, melhor.

Existem diversos tipos de sistemas no mercado, que atendem as empresas de acordo com suas necessidades. Os Sistemas ERP (*Enterprise Resource Planning*) - Sistema Integrado de Gestão, são hoje a melhor ferramenta de trabalho que uma empresa pode ter, auxiliando na gestão da empresa, nos controles internos e com as obrigações fiscais e assessórias.

Os sistemas ERP reúnem todos os tipos de sistemas em um único banco de dados, por exemplo, gestão de folha de pagamento, gestão financeira, gestão de custos, gestão de logística, gestão de compras, clientes, bem como traz várias possibilidades de análises e junções de todos estes dados, pois a empresa passa a ter em uma única plataforma os dados de toda operação e de todos os setores.

O sistema de informação nas organizações é tão importante, que são pontos chaves para uma boa gestão, para a tomada de decisão e para a continuidade de uma empresa. Nascimento, et al (2013) cita sobre a dimensão dos controles de dados:

A dimensão de controle da dados e informações compreende o registro das operações e dos fatos decorrentes da atividade da empresa, traduzidos em dados, segmentados nos controles: contábil, de custos, fiscal e de ativos, entre outros. É voltada para o registro e o controle de todos os eventos que tenham repercussão econômica para uma organização, suprimindo as atividades operacionais, por meio de informações que induzam gestores à reflexão necessária em direção à obtenção de resultados otimizados.

O sistema ERP terá como objetivo fornecer um banco de dados, onde ele deverá receber as informações diárias, armazenar as informações, e processá-las em tempo hábil para que

diretores, contadores, ou qual departamento que seja interessado nos dados, possa utilizá-lo da melhor forma possível. Neste sentido, é muito importante ter dentro da empresa bons profissionais responsáveis pela área de TI.

Para O'Brien (2004), a tecnologia da informação deve ser capaz de apoiar um tipo mais descentralizado de estrutura organizacional, que necessite de diversos sistemas interconectados, banco de dados distribuídos entre as áreas e os usuários da empresa, enfatizando a comunicação e a colaboração rápida e fácil entre as partes afetadas por sua existência.

Porém, apesar dos sistemas serem muito importantes e necessários no dia a dia da empresa, é muito importante que alguns pontos sejam analisados, como por exemplo o alto custo de implantação e manutenção, pessoal devidamente treinado, e principalmente, escolher uma empresa que tenha condições de se entregar um sistema que atenda a todas as necessidades internas da organização.

Também é muito importante frisar que as constantes mudanças de mercados, novas tecnologia e mudanças nas legislações devem ser acompanhadas pela empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema, por isto, a escolha da empresa deve ser feita com muita cautela.

Por fim, hoje é muito difícil algum negócio sobreviver sem um sistema que otimize, organize e gerencie todo o negócio. É fundamental para a continuidade da organização um bom sistema de informática, que reúna tudo aquilo que a empresa necessite. Cada empresa, cada negócio tem sua particularidade, e sistemas de ERP geralmente possuem um modelo pronto de plataforma, e que a empresa tenha que se adaptar para utiliza-lo, porém, existem diversas empresas que formatam a plataforma de seus sistemas para atender seus clientes, sendo em alguns casos vantajosos, porém, o custo de manutenção e implantação será maior.

4 CONCLUSÃO

O trabalho demonstrou as principais informações para uma elaboração de um parecer de auditoria e de um laudo pericial. Podemos demonstrar de forma resumida a forma como uma auditoria é realizada, sua importância, bem como todos os temas e informações que são necessárias para um parecer contábil de uma auditoria ou perícia.

É muito importante neste ponto destacar a necessidade da empresa em seguir todas as regras contábeis, bem como dispor de bons sistemas de informática que agilizam no processamento de informações e prestações de contas, seja para o alto escalão da diretoria, seja para auditorias e peritos.

Também pode-se ver o quão importante uma boa formação e bons conhecimentos na área de auditoria e perícia, principalmente para aqueles que desejam seguir a área. O trabalho de um auditor ou de um perito é muito importante, e não pode haver falhas durante um processo de trabalho.

Utilizar de modelos de relatórios, ter o conhecimento das práticas contábeis, saber avaliar uma empresa, e entender de sistemas de informática, estes são requisitos indispensáveis na vida de um auditor ou perito.

A responsabilidade quando um auditor inicia um trabalho em determinada empresa é muito grande, e é muito importante que ele se atende a cada detalhe, cada informação, para que ele possa concluir seu objetivo principal.

É muito importante destacar que os profissionais da área devem sempre procurar se atualizar, pois regras e leis mudam constantemente, e por conta disto, cabe a ele procurar se atualizar para que seu trabalho seja sempre feito da melhor forma possível.

Por fim, podemos dizer que o assunto é muito complexo, sendo necessário muito estudo na área. Apenas a formação de graduado não é o suficiente para que um profissional possa trabalhar na área. É muito importante que ele busca aprimorar seus conhecimentos e busque especializações.

REFERÊNCIAS

O'BRIEN, J. A. Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da Internet. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional. 3. ed. São Paulo. Atlas, 2013.

ANBINA. Mercado secundário de debêntures: taxas médias. Rio de Janeiro, c2018. Disponível em: <http://www.anbina.com.br/merc_sec_debentures/merc-sec-debentures.asp>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico das taxas de juros. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CETIP. Instrumentos financeiros: fonte de financiamento: debêntures. São Paulo, c2012. Disponível em: <<https://www.cetip.com.br/valores-mobiliarios/fonte-de-financiamento>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Disponível em : <http://ri.irani.com.br/uploads/informacao_financeira_cvm_outro_ri/cb6b68475fb0d1f5221c4ee05b2d34b584913a93.pdf> Acesso em: 31 de Maio de 2019.
Disponível em : <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/parecer-dos-audidores/>> Acesso em: 31 de Maio de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Resolução CFC n. 1232/09. Brasília, DF, 2019b. Disponível em <https://www.1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1232.pdf> Acesso em: 13 de Fevereiro de 2017.

Disponível em : <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/modelos/ressalva.htm>> Acesso em: 01 de Junho de 2019.

Disponível em : <www.pericia.pro.br/Modelos> Acesso em: 29 de Maio de 2019.

Disponível em : <<http://www8.tjmg.jus.br>> Acesso em: 01 de Junho de 2019.

Disponível em : <<http://www.sentenca.com.br>> Acesso em: 03 de Junho de 2019.

ANEXOS

Essa parte está reservada para os anexos, caso houver, como figuras, organogramas, fotos etc.